

Globalizações, resistências e/ou alternativas: David frente a Golias?

Fernando Bessa Ribeiro^{**}
José F. G. Portela

0. Introdução

A globalização tem sido, nos últimos anos, um tema recorrente nas investigações realizadas pelos mais variados campos disciplinares. Também nós decidimos eleger a globalização como “terreno” de labor da nossa reflexão. Das origens da globalização, passando pela análise das suas diversas formas e expressões e pelo escrutínio de dois movimentos sociais de idade bem recente em Portugal, foi nosso propósito contribuir para a discussão em torno das resistências e/ou alternativas ao actual “estado de coisas”. Considerando que se assiste, nomeadamente em Portugal, a um reavivar das lutas sociais emancipatórias, em especial as dotadas de dimensão transnacional, ensaiamos uma reflexão em torno da questão: apenas resistências ou também alternativas?

1. A globalização é velha e nova: reflectindo, uma vez mais, sobre as origens da globalização

O termo globalização está na moda. Usado por políticos, economistas, gestores, universitários, é conhecido até pelo senso comum. Convém, pois, fazer um exercício tão académico quanto indispensável: recuar às origens, identificar as noções precursoras e próximas, seguir o seu itinerário ao longo do tempo e fixar as principais formas actuais da globalização.

A idade da globalização tem sido discutida. Para uns é um fenómeno recente, ligado às profundas mudanças económicas, tecnológicas e políticas verificadas nos últimos 20/30 anos e que foi acelerado como a derrocada das experiências socialistas no leste europeu. Terá sido introduzida na linguagem corrente pelos gestores de multinacionais. Segundo Boyer (1998: 21), é Levitt quem propõe este termo em 1983 para designar a convergência de mercados no mundo inteiro. Drucker (1993: 7-9) vai um pouco mais longe, defendendo que estamos no meio de uma grande transformação – o momento fundador foi, na sua perspectiva, a Carta dos Direitos do Militar, que conferiu a cada soldado americano veterano da 2ª Guerra Mundial a possibilidade de acesso à Universidade – que desembocará numa sociedade do saber, pós-capitalista e, sobretudo, pós-marxista e pós-socialista. Global, pois não se limita à sociedade ocidental mas abrange o planeta na sua totalidade. Deste modo, no entender de Drucker (1993: 8), com esta grande transformação globalizadora passa a “haver apenas história mundial e civilização mundial – embora ambas «ocidentalizadas»”. Resta dizer que esta transformação,

^{*} Baseado numa comunicação apresentada por José Portela nas Jornadas “O Global e o Local: A reestruturação das Empresas e o Papel da Educação”, organizadas pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo, em Novembro de 1998, o presente texto toma para si a estrutura e alguns trechos apresentados oralmente nesse evento.

^{**} Antropólogo, Assistente, Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

^{***} Sociólogo Rural, Professor Catedrático, Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

para este teórico liberal, está já concluída, constituindo o elemento de prova “o colapso do marxismo enquanto ideologia e do comunismo enquanto sistema” (Drucker 1993: 12). Este argumento não passa, a nosso ver, de uma versão dissimulada, e talvez mais sedutora, da tese do “fim da história”, proclamada por Fukuyama (1992)¹. Ou ainda, na visão etnocêntrica radical daqueles que se consideram “viajar” no *cockpit* da globalização, o fim da geografia² (Smith 1997: 183). Naturalmente, os Estados Unidos serão, de acordo com Brzezinski, antigo membro do Conselho Nacional de Segurança americano e um especialista em “problemas do comunismo”, a “primeira sociedade global da história” e o proponente pioneiro de um “modelo global de modernidade” e, mais longe ainda, a “nova civilização” (Silva 2000)³.

Smith (1997: 172-174), por seu lado, estabelece uma estreita ligação entre a globalização e a modernização. Observando, com acuidade, que as políticas de desenvolvimento “oferecidas”, através da ONU, do BM e do FMI, aos países periféricos pelos países centrais falharam, a modernização entrou em crise. Concretizando, uma vez que a promessa optimista de prosperidade para o Terceiro Mundo foi funestamente mal traduzida, conduzindo ao que o autor designa por geografias satânicas da globalização⁴, o paradigma da modernização teve de ser ideologicamente reinventado e substituído pelo da globalização (Smith 1997: 174). Profundamente corroída pelos movimentos de libertação nacional e pela oposição à Guerra do Vietname, a teoria da modernização levou o golpe fatal em 1979, com a revolução islâmica no Irão. A partir daí, salienta Smith (1997: 173), a modernização deixou de poder ser assumida como uma agenda universal para o Terceiro Mundo.

Para outros a globalização é inseparável da actual fase imperialista do capitalismo, que remonta a finais do século XIX. Analisando os elementos constituintes do imperialismo⁵, Silva (2000) argumenta que, exceptuando a divisão

¹ Não satisfeito com a sua teoria do “fim da história”, Fukuyama admite, embora sem negar o argumento essencial da sua proposta – o triunfo definitivo do capitalismo e do mercado – que se enganou: “A história não pode terminar, uma vez que as ciências naturais modernas não têm fim, e estamos prestes a alcançar novas descobertas científicas que, na sua essência, abolirão a humanidade como tal” (Fukuyama: 1999: 1). Seguindo o autor, os enormes progressos ao nível das biotecnologias permitem prever uma história pós-humana, através do efectivo desaparecimento dos seres humanos tal como hoje os entendemos. Como nos diz Viveret, “tendo em conta o elogio das desigualdades ao qual se entrega permanentemente, pressentimos igualmente que o nosso autor prevê sem demasiados problemas um Mundo onde sub-homens estariam ao serviço de sobre-homens” (2000: 20). Enfim, nada que já não se verifique na prática, num planeta em que milhares de milhões de seres humanos estão condenados a uma curta e sofrida existência. Falta, efectivamente, a revolução biotecnológica para cavar mais fundo e “naturalizar” este processo de selecção em marcha.

² Smith cita a obra de Richard O’Brien (1992), com o sugestivo título *Global financial integration: The end of Geography*.

³ A desconstrução deste discurso laudatório segregado pela ideologia dominante é um exercício de higiene mental. Apenas, por agora, um contraponto. Observando que nos Estados Unidos prevalece uma “cultura predadora”, que promove a violência – por exemplo, dos cerca de 160 *serial killers* identificados nas últimas duas décadas, 75 são americanos – McLaren (1995: 24), citando Baudrillard, não tem dúvidas: os Estados Unidos constituem a única “sociedade primitiva” que resta.

⁴ No original, em inglês, “*satanic geographies of globalization*” (Smith 1997: 174).

⁵ Talvez uma das características da (actual fase) da globalização seja a livre utilização que faz dos conceitos e das palavras, acabando por os dissolver numa babélica torre de retórica e, não raro quando são incómodos, expulsá-los da cidade e da academia. Por isso, achamos necessário precisar, neste caso concreto, o conceito de imperialismo. Nascido na literatura económica burguesa, estava relacionado com a existência de impérios coloniais da Inglaterra, da França e de outros Estados europeus como Portugal. De acordo com Palloix (1972a: 62), esta palavra foi transformada em conceito pela teoria marxista, em especial com o contributo de Lenine. Indissoluvelmente ligado ao modo de produção capitalista, o imperialismo deve ser entendido, hoje, num “duplo

territorial do planeta pelos monopólios, eles estão presentes na globalização: (i) a concentração, por via de fusão e aquisições, muitas vezes hostis, da produção e do capital, (ii) a junção do capital industrial com o financeiro, com o predomínio crescente deste último, (iii) a exportação e a circulação intensiva de capitais, a esmagadora maioria deles especulativos; (iv) a divisão do mundo em zonas de influência⁶. Silva (2000) remata o argumento afirmando que não se deve situar a origem da globalização por volta dos anos setenta, nem tão pouco fazê-la recuar ao mercantilismo do século XVI, mas antes ao período entre 1870 e 1914, durante o qual o capitalismo transitou da fase de concorrência para a de monopólio.

Outros autores ainda fazem coincidir a globalização com o desenvolvimento do capitalismo⁷ que, no seu entender, começa no século XVI. É o caso de Wallerstein (in Vindt 1999: 149-150) que argumenta que o fenómeno não é novo, tendo a idade do sistema-mundo moderno, isto é, cerca de 500 anos⁸. Sustenta que, tal como acontece hoje com a produção de automóveis com peças provenientes das mais diversas zonas do globo, na produção dos mais variados bens entravam numerosas matérias-primas provenientes de diversas zonas geográficas. Apresentando como exemplo o pão – alimento essencial da dieta europeia - a sua produção dependia da circulação do trigo e do centeio por diversos países.

No quadro desta perspectiva, Vindt (1999: 11) distingue seis grandes globalizações capitalistas⁹: (i) de 1500 a 1765, com o predomínio do capitalismo comercial; (ii) de 1765 a 1873, período marcado pela consolidação do capitalismo, através da industrialização. Este torna-se, em numerosos Estados, o modo de produção dominante; (iii) de 1873 a 1914, com o incremento da expansão colonial das principais potências europeias, visando a obtenção de matérias-primas indispensáveis às indústrias e à formação de novos mercados. Neste período constituem-se as primeiras grandes empresas multinacionais; (iv) de 1914 a 1945, o tempo da expansão e crise do capitalismo. A par da concorrência imperialista entre as principais potências capitalistas – muitas vezes traduzida em sangrentos conflitos militares - proliferaram, em especial na Europa, numerosos movimentos e lutas anti-capitalistas, que facilitaram o despontar de uma formação económica e social não-capitalista; (v) de 1945 a 1973, dominado pela consolidação, iniciada na fase anterior, da hegemonia americana. Expansão da produção e do consumo, em parte facilitada pela institucionalização, sobretudo na Europa, do fordismo e integração de

contexto: o da extensão do modo de produção capitalista a um espaço mundial e o da evolução deste modo do estádio de concorrência para o estádio monopolista” (Palloix 1972a: 63). No entender do autor, o imperialismo é não apenas essencial para a reprodução do modo de produção mas também para assegurar a reprodução das “relações capitalistas de produção” por via do desigual desenvolvimento das forças produtivas e da desigual acumulação de capital (Palloix 1972a: 64-65). Como esclarece na obra seguinte (Palloix 1972b: 16), sempre que a reprodução das relações capitalistas de produção é colocada em causa, o imperialismo dos Estados centrais desencadeia intervenções militares e outras, couraçadas de justificações ideológicas, vulgo “humanitárias”, preservação da “democracia”, da “liberdade”, entre outras.

⁶ As mais recentes iniciativas ao nível da política externa e de segurança da União Europeia constituem sinais do interesse de alguns dos governos destes Estados em formar um bloco político-militar que dispute aos Estados Unidos a partilha do mundo em diversas zonas de influência.

⁷ Se é certo que não existe consenso em torno da origem, em termos cronológicos, do capitalismo, é indiscutível que a Europa é o seu berço (cf. Ada 1999: 13ss). Para uma análise detalhada das origens e desenvolvimento do capitalismo, cf. Beaud (1992).

⁸ De relevar que Wallerstein [1990 (1974): 9] reconhece a influência profunda e vasta de Braudel [1992 (1967)]. Entre outros aspectos, partilham as noções de longa duração, estrutura e sistema. De igual modo, ambos localizam o despontar do capitalismo no século XVI.

⁹ O autor, tal como todos os que são de língua francesa, utiliza a expressão mundialização. Porque a expressão globalização, de origem anglo-saxónica, se encontra generalizada em Portugal, optamos por esta.

economias periféricas na economia-mundo capitalista, acompanhada por uma maior liberalização das trocas de mercadorias; (vi) desde 1973, com o alargamento da liberalização a novas áreas. em especial aos serviços financeiros, acompanhado do colapso da URSS e das experiências de transição ao socialismo. O mercado, enquanto forma dominante de interdependência e de integração dos elementos económicos, é ideologicamente “couraçado”, por meio de uma argumentação simples mas extremamente eficiente que pretende fazer acreditar que ele é a forma “natural”, “normal” e “única” de funcionamento da economia. Admitir isto, implica, tal como nos diz Polanyi [in Dalton 1976 (1947)], reconhecer que todas as sociedades antigas e primitivas eram completamente anti-naturais. Ora, nem estas sociedades, baseadas na reciprocidade e na redistribuição, são anti-naturais, nem as formas de integração representam estádios de desenvolvimento, no qual o mercado se assumiria como o ponto terminal da evolução. Muito pelo contrário, as três formas podem estar presentes e, em função dos contextos ecológicos, económicos, sociais e políticos, variar aquela que é dominante (cf. Polanyi in Dalton [1976 (1947)]).

Por seu lado, Soros¹⁰ (1998: 133-135), apropriando-se das teses de Wallerstein, admite também que o sistema capitalista global – o autor utiliza este conceito em lugar do termo globalização - não é novo nem original, possuindo um centro e uma periferia. As suas origens remontam, no seu entender, à Liga Hanseática e às cidades-estado italianas, que se encontravam ligadas por vínculos comerciais e financeiros. No entanto, sustenta que o actual “regime capitalista global” tem elementos novos, que o distinguem das fases anteriores. Questionando-se sobre o momento fundador do actual “regime” do sistema capitalista global, argumenta que a actual configuração terá a sua origem nos anos setenta, com o desenvolvimento do mercado *offshore* de eurodólares.

Reflectindo sobre as relações entre globalização, Estados-nação e o campo legal/jurídico, Santos (1995: 251), igualmente na esteira de Wallerstein, alega que o processo de globalização encontra as suas raízes no sistema mundial moderno, que remonta, como vimos, ao século XVI. Centrando a sua atenção no campo legal/jurídico, sustenta que a ideia da uniformização mundial das condições de vida social estava já presente no século XIX, sendo esta conseguida pelo progresso, nomeadamente científico e tecnológico, num quadro capitalista. Citando Marx e Engels, Santos (1995: 251) mostra-nos que esta uniformização mundial se intensificou no século XIX, com a homogeneização das condições de produção e de vida. Relendo, tal como faz Santos (1995: 251), o *Manifesto do Partido Comunista*, podemos dizer que Marx e Engels intuíram o fenómeno globalizador e os seus efeitos económicos, sociais e ideológicos, articulando-o com o desenvolvimento do capitalismo e da hegemonia burguesa:

“Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda a parte. [...] Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto refere-se tanto à produção material como à produção intelectual. [...] Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. [...] Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adoptarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama

¹⁰ Conhecido especulador, construiu uma fortuna colossal através da aplicação circulante de capital financeiro que se traduziu, ciclicamente, por destabilizações financeiras e sociais nos países por onde ele “passou”. Avisadamente, é hoje um crítico do neoliberalismo, reclamando a implementação de medidas de regulação do sistema. Claramente um caso de quem prefere ganhar menos a perder tudo...

civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (Marx e Engels [1968 (1848): 26-27].

No entanto, Santos (1995: 252-253) admite que o actual processo de globalização tem características próprias, que não correspondem ao padrão moderno da globalização, entendida como homogeneização e uniformização. Em seu entender, esta globalização contemporânea combina uma extrema diversidade de situações, muitas vezes antagónicas, relacionadas com a economia, a sociedade, a política, a religião e o direito, entre outras. Por seu lado, aceitando, embora com outro olhar, a existência de aspectos originais, Smith (1997: 174-175) defende que a (actual) globalização não é somente um eufemismo geográfico da modernização: implica profunda mudanças na economia, nos transportes, nas comunicações e na cultura.

2. Da proto-globalização contemporânea: cultura, política hegemónica e multinacionais

Explanadas as diversas posições teóricas em torno das origens da globalização, é de admitir que todas concordam que ela tem a sua raiz no centro do sistema mundial. Dotada de múltiplas faces, a globalização implica um movimento de expansão do centro para a periferia. Assim, parece-nos oportuno visitar brevemente o século XX, procurando identificar os seus elementos “globalizadores”.

Pelos anos 20, ainda a globalização não tinha sido assim baptizada, na Europa os intelectuais¹¹ lançavam alertas contra o materialismo e os riscos da mercantilização da cultura e da instauração da hegemonia dum só potência. Nos anos 30 as nuvens cinzentas da economia-mundo cobrem Londres e destapam Nova Iorque. Irrompe então a noção de “americanização”. Para quê? Segundo Mattelart (1998: 96), precisamente

“para estigmatizar o desembarque de produtos culturais que tecem um estreito elo de ligação entre as redes financeiras e as «obras do espírito» e ameaçam minar a universalidade, a qual a Europa e a sua noção de alta cultura entendem ser a garantia”.

Contudo, entre outras exportações, as técnicas de *human engineering* e de gestão à americana avançam triunfantes por cima de receios e alguns protestos europeus e fazem emergir uma nova classe socioprofissional: os gestores da modernização. Mas, depois da década de 50 começam a ouvir-se novos clamores, os das lutas de libertação no 3º Mundo: *Yankees go home*.

Na segunda metade dos anos 60 a noção de americanização funde-se com a de imperialismo cultural. A guerra, a política e a ideologia pisam forte o palco internacional e muitos intelectuais repensam, de modo apaixonado e comprometido, o capitalismo. Juntam a sua voz contra um mundo de opressores e oprimidos, onde a troca é desigual. As vagas de protestos sucedem-se e na década de 70 os países não-alinhados reclamam uma *Nova Ordem Mundial para a Informação e para a Comunicação*. Neste período, que designamos por proto-globalização contemporânea, não há só noções que brotam e crescem a partir de medos e oposições ao Novo Mundo. Há também conceitos nascidos na própria América do Norte, embora gerados mais além, na guerra do Vietname, o primeiro conflito sangrento “ao vivo” na TV. Ainda nos anos 60, McLuhan [1994 (1964)] proclama que a TV fizera nascer a “aldeia global”, daqui derivando duas conclusões essenciais, assentes na ubiquidade e na transparência catódicas: por um lado, as guerras

¹¹ Entre outros, Pirandello, Duhamel e Ortega y Gasset (cf. Mattelart 1998: 95).

passariam a ser mais difíceis; por outro lado, o progresso dos países não industrializados seria impulsionado.

As visões e conceitos a que acabámos de aludir não pertencem propriamente ao território da economia mas sim ao reino da geopolítica. E foi neste chão que se lançaram as primeiras sementes da actual globalização.

Presentemente, a globalização está intimamente agarrada ao galope veloz do capitalismo por dois campos: os poucos espaços territoriais ainda não totalmente integrados na economia mundial e as poucas esferas sociais que restam para uma total “mercadorização da vida”. A mundialização das trocas é, como vimos, um fenómeno antigo, que emergiu claramente aquando das viagens transoceânicas e prosseguiu sem cessar até hoje. Assim, a integração territorial na economia capitalista mundial fez-se até muito longe. Por isso, hoje, os olhos gulosos do capitalismo pousam sobre um número reduzido de espaços que poderíamos, talvez, apelidar de “resistentes”¹². Se é verdade que, actualmente, ao capitalismo já vai faltando espaço geográfico, não menos certo é dizer que ele se mostra capaz de ampliar a sua margem de manobra nos espaços sociais. Estende-se sem contenção a novos bens e serviços, a novas categorias sociais e a novas relações sociais. Como Santos (1994: 35) faz notar,

“a mercadorização e a mercantilização de bens e serviços até agora livres começa hoje a envolver, com a biogenética, o próprio corpo humano”¹³.

Por outro lado, o consumidor foi multiplicado exponencialmente por uma conjugação habilidosa de segmentos e nichos de mercado com grupos e valores de referência. Há muito que o consumidor deixou de ser preferencialmente o indivíduo adulto. Forjaram-se e forjam-se mercados em torno dos jovens, adolescentes, crianças e cada vez mais os próprios idosos, desde que, claro está, tenham capacidade de consumo. E todos eles são vistos como consumidores planetariamente homogêneos. Não espanta, pois, que

“as empresas de espectáculos globais concentram as suas esperanças nos 2/5 da população mundial que tem menos de 20 anos. A competição para agarrar milhões de novos fãs em idade cada vez mais baixa é intensa. A Sony alargou-se ao mercado infantil com uma linha de rádios-brinquedo, ‘O meu primeiro Sony’, com a nova etiqueta ‘Música Sony para Miúdos’ e uma videoteca para crianças, que está em expansão.” (Barnet e Cavanagh 1996: 80).

Para além da absorção das categorias sociais no mercado, expandem-se as necessidades de consumo induzidas, em boa medida, pela estratégia da obsolescência planeada dos bens produzidos arquitectada pelas maiores multinacionais. Fazendo-se sentir, no caso dos Estados Unidos, desde os anos cinquenta, esta estratégia apoia-se, em parte, na crença dos consumidores de que quanto mais recente é o produto melhor ele funciona e maior satisfação dará ao seu proprietário (Harris 1984: 32-33)¹⁴. Geram-se novas celebrações (por exemplo, o dia

¹² Obliterando o Afeganistão e o Sudão - que na senda do Irão (cada vez menos) se revoltaram contra a modernização (cf. Smith 1997: 172) - a Coreia do Norte, a Líbia e Cuba, é tarefa exigente e de sucesso incerto a identificação de espaços estatais resistentes. Quanto à China, faz já muito tempo que se entregou, com afinco, à tarefa de “mercadorização” da economia (cf. Lew 1999: 14-15). Smith (1997: 173) coloca a origem deste processo no final da década de 70, que se encerra com a morte de Mao e o julgamento do “bando dos quatro”.

¹³ Diga-se que este fenómeno não é original. A mercadorização de todas as coisas é inerente ao capitalismo, inseparável, como nos salienta Morin, um autor não-marxista, do “processo de desenvolvimento capitalista, que transforma tudo aquilo em que toca em mercadoria” (1988: 118).

¹⁴ As tecnologias da informação são um exemplo desta prática. As duas últimas décadas, nesta área, têm sido dominadas pela aliança hegemónica da Intel e da Microsoft que, apoiadas em acções publicitárias praticamente

dos namorados) e antecipam-se e prolongam-se os tempos de consumo de festas antigas como o Natal, que já começa no início de Novembro. A multiplicação e sobreposição dos valores e grupos de referência de cada indivíduo também serve o mesmo fim. A publicidade coloca na TV jovens imberbes à procura de crédito para compra de casa e, na rua, vemos indivíduos, barrigudos uns, débeis outros, usando vestes desportivas de marcas e pseudo-marcas prestigiantes. E assim se alcança saúde, corpo, beleza e juventude, pelo menos simbolicamente.

O termo serve também para designar um mercantilismo internacional pragmático, que vende, o mais possível, o mesmo por todo o lado e dum mesmo modo. O mundo todo foi e é antevisto como um mercado só, o *global marketplace*¹⁵. E indicador inequívoco dessa percepção é o peso pesado das acções de *marketing* e publicidade. Como bem diz Mattelart (1998: 101)

“desenhar mercados e alvos cada vez mais vastos em torno dos mesmos símbolos, tal é a palavra de ordem que subentende o gigantesco movimento de concentração e de constituição de redes publicitárias e de grupos de comunicação multimedia, bem como o lançamento das cadeias via satélite”.

Rompe-se, assim, a visão do ciclo de produto para um mercado nacional ou macro-espaco regional. Entre o Norte e o Sul já não se trocam tanto matérias-primas por bens obsoletos, mas sim por produtos de marca “mundiais”, de custo baixo e de alta imagem. Pasmem-se, a propósito, com uma estimativa tão surpreendente quanto terrível: as multinacionais gastam em publicidade mais de 1/2 do dinheiro que os países do mundo, em conjunto, gastam na educação (Clarke 1996: 318). E essa publicidade vai logrando fazer-nos crer no inacreditável. Subliminar ou descaradamente, vai defendendo, por exemplo, que a Marlboro é um bem público.

Por fim, na década de 90 o sentido do termo amplia-se. Já não se trata de nomear um percurso conhecido, com quatro estações: (i) exportação a partir da firma-mãe num dado país; (ii) estabelecimento de redes de filiais de serviços comerciais no estrangeiro; (iii) implantação de redes de filiais de produção no estrangeiro; (iv) concessão do controle total da cadeia de valores às filiais. Trata-se, sim, de reconhecer um avanço para a integração total da cadeia de criação de valor. As firmas do mesmo grupo multinacional passam então a partilhar actividades de investigação-desenvolvimento; engenharia e produção; serviços e finanças. Como refere Boyer (1998 : 27)

“as multinacionais mais inovadoras multiplicaram as operações de parceria e as alianças estratégicas a uma escala mundial. Os investimentos em I-D e os riscos atingiram um tal nível que é preferível partilhar os esforços de aperfeiçoamento de produtos ou processos novos, mesmo que se torne necessário fazer incidir a competição sobre a produção dos bens derivados destes desenvolvimentos tecnológicos, uma vez estabelecidos os padrões ou as normas comuns a um sector mundializado”.

Mas, por vezes, a integração é ainda mais forte. O pessoal altamente qualificado, por exemplo, pode ser recrutado num mercado muito amplo, nalguns

permanentes, exortam os cidadãos ao consumo, atirando para o sótão umas vezes o computador, outras vezes o *software* e, quase sempre, ambos.

¹⁵ Morin argumenta que “estamos no planeta e doravante o planeta está em nós” (1988: 154). Certamente verdadeiro para todos os que, vivendo nos países centrais, não ficaram pelo caminho, inquestionavelmente falso para os “mortos-vivos” da globalização. Preciso isto, vale a pena conhecer a exposição de Morin: “Assim, cada manhã, os grãos de café que eu bebo vêm dos planaltos da América Central ou da Abissínia [...]. As minhas camisas de algodão indiano foram manufacturadas na Formosa ou em Macau. [...] Ouço as minhas notícias no meu transístor japonês, escrevo o esboço deste livro europeu com o ouro siberiano ou sul-africano do aparo de uma caneta, dactilografo-o na minha *Canon* japonesa enquanto não chega o meu *Macintosh* americano” (1988: 154) .

poucos casos à escala mundial. Chegamos, então, a uma noção de globalização situada no plano da gestão interna das multinacionais e que traduz uma forma nova de operação: a integração total à escala mundial. Com isto, tais empresas, ou melhor, conglomerados de empresas, ganham poder, um enorme poder, redefinindo em larga medida o mundo.

Vejam, a este propósito, alguns dados: (i) segundo Clarke (1996: 316-317) 47 das principais 100 economias mundiais são multinacionais; (ii) 500 empresas controlam 70% do comércio global; (iii) 1% das multinacionais do planeta detêm 1/2 da totalidade do investimento directo estrangeiro; (iv) segundo Korten (1996: 33) citando o *Economist*, 5 empresas controlam mais de 50% do mercado global no sector dos veículos automóveis, linhas aéreas, projectos aéreo-espaciais, componentes electrónicos, electricidade e electrónica e aço; (v) 5 empresas controlam mais de 40% do mercado global de petróleo, computadores pessoais e *media*; (vi) segundo Lehman e Al Krebs (1996: 133 - 135), a Cargill, a maior empresa de comércio de cereais do mundo, tem um papel altamente preponderante na modulação das regras dentro do contexto do antigo GATT; (vii) nos EUA, uma refeição completa pode ser fornecida pela companhia de tabacos Philip Morris, sob nomes enganadores de várias marcas (por exemplo, Sungold Dairies, Tombstone Pizza, Lender's Bagel Bakery, Kraft Macaroni) e 10 cêntimos de cada dólar gastos em comida nos EUA acabam nos cofres daquela tabaqueira.

Neste novo quadro as multinacionais agigantam-se mais ainda, os Estados são acantonados e o conceito de globalização ganha novo sentido correlativo. Passa-se dum plano da gestão estratégica das multinacionais para o da (re)definição das instituições e políticas económicas nacionais. Cientes das suas quotas de leão de produções mundiais; da sua elevada e imediata liberdade de movimentos, com relação, por exemplo, ao financiamento, investimento e comércio; e cientes ainda da sua grande capacidade mimética, melhor diremos camaleónica, as multinacionais antecipam-se continuamente aos governos, constituem-se em contra-poder soberano. E fazem-lhes frente, bem como aos sindicatos, impondo condições favoráveis aos seus negócios. Aí temos, então, a designada desregulamentação das condições sociais do trabalho e a re-regulamentação dos multi-incentivos para tais "empreendedores". Ou seja, "a globalização do capital ocorre simultaneamente com a localização do operariado" (Santos 1993: 25) e o "internacionalismo da classe operária", outrora proclamado como meta à vista, muitas vezes já nem mesmo tão só como aspiração subsiste. Esfumou-se¹⁶. Passa-se, assim, a uma nova era, em que o poder negocial dos assalariados deixa de o ser, pois não só baixa ao limiar mais baixo como se vê sob ameaças pendentes da realocação da produção. Este contexto é inseparável (e compreensível através) da relação de forças crescentemente favoráveis ao capital, com o trabalho circunscrito e, não raro, incapaz de ultrapassar as idiosincrasias locais e de definir, a partir de princípios comuns, uma estratégia global de defesa dos seus interesses.

As mudanças em curso e o poder empresarial podem ser apreciados por alguns indicadores relativamente recentes. Segundo Korten (1996: 33), as 500 firmas que constam da *Fortune* despediram cerca de 4,4 milhões de trabalhadores entre 1980 e 1993, período este durante o qual as vendas, os bens e os salários dos gestores aumentaram respectivamente 1.4, 2.3 e 6.1 vezes¹⁷. Estabelece-se, deste

¹⁶ Santos (1998: 56) refere, muito acertadamente, que, "contrariamente às aspirações do movimento operário do século XIX, forma os capitalistas de todo o mundo que se uniram e não os operários. Enquanto o capital se globalizou, o operariado localizou-se e segmentou-se".

¹⁷ Esta estreita relação entre trabalho árduo e despedimento levou Moore (1997) a enunciar a pergunta fatal: O que é o terrorismo? Ao confrontar-nos com o exemplo de Flint, uma cidade e uma comunidade fisicamente e socialmente devastadas pelo encerramento, nos anos 80, da fábrica da General Motors, obriga-nos a

modo, uma relação cruel entre trabalhadores, salários dos gestores e acções na bolsa: o despedimento dos primeiros – *downsizing* na gíria cínica dos gestores e dos *media* de serviço - é inseparável do aumento dos salários para os gestores e da subida das acções da empresa na bolsa¹⁸.

Tudo isto significa que “os mercados definem agora os limites da política”, mercados esses onde operam multinacionais com um extraordinário poder mimético e de fuga. Como faz notar Clarke (1996: 317), onde quer que essas empresas operem, elas podem usar as suas subsidiárias, *joint-ventures*, acordos de licenciamento e alianças estratégicas para assumirem identidades estrangeiras sempre que disso beneficiem. Isto é, “sempre que necessário, embrulham-se na bandeira nacional que escolhem, para obter apoios [...] Por este processo, empresas sem Estado estão efectivamente a transformar Estados-nação de forma a servirem os seus interesses”. O impacto sobre as políticas económicas nacionais não pode deixar de ser brutal. Como refere Boyer (1998: 22)

“A globalização designa então o processo segundo o qual as empresas mais internacionalizadas tentam redefinir em seu proveito as regras do jogo impostas numa fase anterior pelos Estados-nação. Deixamos assim o domínio da gestão interna das firmas para nos interessarmos pela arquitectura do sistema internacional”.

Avança a tecnologia e amplia-se a globalização. E, o que é assustador e crítico, expande-se a volatilização da esfera financeira. É a globalização financeira, caracterizada por Chesnais (1998: 1-8) como uma intensificação das inter-conexões entre os sistemas bancários e os mercados financeiros nacionais que levarão à criação de um mercado financeiro mundial unificado. Baseada na exploração das possibilidades proporcionadas pelas inovações tecnológicas no âmbito das telecomunicações, foi grandemente facilitada pela desregulamentação e liberalização no domínio financeiro. Assim, este ganha proeminência desmedida, por si só e na evolução da gestão de certas firmas multinacionais. Para Mattelart (1998: 100-101) a finança é

“o único sector da economia internacional a ter realizado a interligação generalizada das suas actividades e das suas redes de informação e de comunicação em tempo real”.

Os governos ficam agora de mãos e pés atados. Segundo Clarke (1996: 320), por meados dos anos 90, os sistemas de transmissão electrónica fariam mais de 150 mil transacções internacionais por dia e a sua velocidade e frequência tornam a rota do dinheiro difícil de seguir quanto mais de regulamentar. Assim, não obstante Clarke argumentar que consideramos, tal como nos é proposto por Santos (1998: 53), que “a regulação do capital financeiro é tão difícil quanto urgente”.

“Os dias em que as autoridades nacionais podiam estabilizar os mercados financeiros através da regulamentação bancária, exigências de reservas, seguros de depósitos, limites às taxas de juro e a separação entre operações comerciais e de investimento estão praticamente acabados”

reconceptualizar o conceito. Este processo, implantado durante a gestão de Roger Smith, foi também amplamente (e corrosivamente) descrito num documentário – *Roger and Me* – realizado por Moore e já transmitido em Portugal.

¹⁸ Nascido nos anos 80 nos Estados Unidos, o *downsizing* foi rapidamente europeizado. E não dá mostra de afrouxar. Muito pelo contrário. A recente fusão entre os bancos Deutsche e Dresdner não vai dar só origem ao maior grupo bancário mundial. Vai também lançar no desemprego 16 000 trabalhadores – 10% da força de trabalho dos dois bancos (cf *Público*, ano 11, 3645: 37, de 10 de Março de 2000). Desconhecem-se, de momento, as valorizações das acções nas bolsas e os aumentos dos salários dos executivos...

Com as novas tecnologias e a geo-finança recente, instantânea e amiúde volúvel, suscita-se e vai-se dando forma a uma outra geo-economia. Remodela-se a produção e a logística, tornam-se os serviços comercializáveis a longas distâncias e liberta-se o poder total do capital global, já anunciado na ascensão do dinheiro e do comércio electrónico. No coração desta nova geo-economia, acham-se obviamente as telecomunicações de baixo custo e as tecnologias informáticas, revolução tecnológica que vai fundo, porque é acerca de tempo, distância e conhecimento.

Do ponto de vista geográfico há igualmente mudanças, acentuando-se o papel económico polarizador das cidades, em detrimento do dos territórios envolventes. Segundo Veltz (1998: 74) “assiste-se a uma verdadeira ‘metropolização’ da economia mundial, no sentido em que as cidades muito grandes atraem para elas uma parte enorme do crescimento, da riqueza e do poder. A produção de Tóquio compara-se hoje à do Reino Unido. Vale mais duas vezes do que a do Brasil — onde 1/4 da produção está concentrada em São Paulo e no Rio. A economia mundial é hoje em larga medida tanto ‘inter-metropolitana’ como ‘internacional’”. Tendo em conta dados como um certa revitalização de efeitos de proximidade, a polarização espacial de processos de crescimento económico e a dissociação frequente da economia urbana da economia territorial envolvente, Veltz (1998: 73) considera que a economia mundial passou a ser uma “economia de arquipélago”.

3. Globalização económica ou globalizações?

Aqui chegados podemos concluir que a globalização é noção muito difícil de definir. Como vimos, ela tem vindo a reflectir tensões, oposições e mesmo conflitos, os quais podem ser expressos nalgumas dicotomias simplistas, tais como: (i) autarcia local e regional *versus* trocas transcontinentais e transoceânicas; (ii) materialismo *versus* alta cultura; (iii) americanização e imperialismo *versus* independência e socialismo; (iv) mercado nacional e de bloco regional *versus* mercado mundial; (v) gestão parcialmente *versus* totalmente integrada à escala mundial de multinacionais; (vi) Estados *versus* multinacionais quanto à definição de políticas; (vii) economia internacional *versus* economia mundial.

Ou seja, numerosas definições centram-se na economia, seja ela a economia dos conglomerados multinacionais; a economia política formulada pelo Estado; ou a economia mundial das últimas duas décadas. Mas a economia é e não é economia, pois integra igualmente dimensões da sociedade e da cultura. Assim, para além da universalização dos produtos, sistemas de investigação, financiamento, produção e comercialização podemos falar, como vimos já, de globalização, mundialização ou, quiçá melhor, de transnacionalização de informações e imagens. E igualmente de ideias e do direito; de trabalhadores e turistas; e até mesmo de refugiados e da sua causa principal: as invasões e as guerras.

Importa ter presente que para a corrente caudalosa da globalização dos nossos dias, concorreram ainda as nascentes frescas de desejos de paz global e de reconhecimento de valores universais, que emergiram aqui e ali. Em 1945, e na esteira da Sociedade das Nações criada em 1919, observa-se a adopção da Carta das Nações Unidas. Este documento, mais a Declaração Universal dos Direitos do Homem (aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1948) e ainda dois pactos de 1966, antevistos como meios de execução das declarações de intenção dos estados promoveram, no quadro do direito internacional, uma certa mundialização de valores (Texier 1998: 167 - 169).

Como Dewitte (1998: 175 - 176) deixa claro, embora não se possa falar propriamente duma globalização das migrações, ou tornar a massa monetária transferida pelos migrantes para os seus países de origem um contributo para a

transnacionalização da economia, nenhum desses fenómenos é coisa menor, sobretudo em termos socio-históricos, já que os migrantes no geral, recebem menores salários e protecção social do que os nacionais. Com efeito, esta massa monetária era calculada pelo BM em 70 biliões de dólares por ano no início da década de 90, ou seja, inferior aos 77 biliões de dólares do PIB de Hong Kong. De acordo com uma estimativa do Fundo das Nações Unidas para a População, em 1993 haveria um total de 100 milhões de migrantes, mas este valor espantoso não alcança sequer 2% da população mundial. Porém, segundo o Sopemi da OCDE¹⁹, o número de migrantes entrados na América do Norte, na Austrália e nos principais países de imigração da Europa Ocidental duplicou em 10 anos, tendo passado de 1,3 milhões em 1983 para 2,7 milhões em 1993.

Os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados são igualmente impressionantes e nutrem a ideia duma crescente “globalização” dos conflitos político-militares. Aquela fonte considera existirem em todo o mundo mais de 17 milhões de refugiados (Rocha-Trindade 1995: 42), grande parte dos quais vítimas daqueles conflitos. E Giddens (1992: 7), por sua vez, faz-nos notar que:

"não só a ameaça do confronto nuclear, mas a própria realidade do conflito militar, constituem, neste século, uma parte básica do 'lado sombrio' da modernidade. O século XX é o século da guerra, sendo o número de confrontos militares graves, envolvendo perda substancial de vidas, consideravelmente mais alto do que em qualquer dos séculos que o precederam. No século presente, até agora, mais de 100 milhões de pessoas foram mortas em guerra, uma proporção maior da população mundial que no século XIX, mesmo tendo em conta o crescimento global da população".

Em suma, seria extraordinariamente redutor definir a globalização em torno da economia. Como assinala Santos (1997: 14)

“Aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de facto, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenómenos de globalização. Nestes termos não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural”.

Assim, importa identificar, caracterizar e classificar em grandes tipos as muitas globalizações que se conhecem. Para tanto sigamos de perto Santos (1997: 14 - 18), que distingue quatro modos de produção da globalização, os quais, em seu entender, dão origem a quatro formas de globalização. A primeira forma chama localismo globalizado. Este consiste no processo pelo qual um dado fenómeno local é globalizado com êxito. Poderíamos falar de “exportações felizes”, sobretudo na óptica do exportador. É o caso, por exemplo: (i) da actividade das multinacionais, (ii) da transformação do inglês em língua franca; (iii) da expansão da música americana e do *fast food*; (iv) da adopção geral das leis de telecomunicações dos EUA.

A segunda forma de globalização Santos chama globalismo localizado. Consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via desestruturadas e re-estruturadas de modo a responder a esses imperativos. Poderíamos falar dos efeitos de “importações ruins” e acções correlacionadas, sobretudo na óptica dos locais. Ilustram a noção os casos seguintes: (i) “compra” pelos países pobres de lixos tóxicos produzidos nos países capitalistas para gerar divisas; (ii) desflorestação e destruição maciça de recursos naturais para pagamento da dívida externa; (iii) uso turístico de tesouros históricos, lugares ou cerimónias religiosas, artesanato e vida selvagem.

¹⁹ Sopemi - Sistema de observação permanente das migrações da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos.

A globalização pode produzir-se por via dum terceiro processo que o autor designa por cosmopolitismo. Trata-se da identificação e da defesa de interesses percebidos como comuns por parte dum grande número de actores de tipo diverso, Estados-nação ou regiões, classes ou grupos sociais, que, para o efeito, recorrem às potencialidades e oportunidades criadas pelas novas tecnologias. Eis alguns exemplos de actividades cosmopolitas: (i) filantropia transnacional Norte-Sul; (ii) diálogos e organizações Sul-Sul; (iii) organizações transnacionais de direitos humanos e de assistência jurídica alternativa; (iv) redes de movimentos ecológicos e de desenvolvimento alternativo. Embora reconhecendo que este processo possui elementos positivos, julgamos necessário tecer alguns reparos, aliás já oportunamente enunciados por Silva (2000). Se é certo que a filantropia transnacional Norte-Sul, os diálogos e as organizações Sul-Sul, as organizações transnacionais de direitos humanos e de assistência jurídica alternativa e as redes de movimentos ecológicos e de desenvolvimento alternativo possuem um elevado potencial de emancipação e de resistência à globalização capitalista, concordamos com Silva (2000) quando ele encontra no conceito alguma ambiguidade em virtude de ser reclamado por diversas correntes humanistas. Por outro lado, no plano da acção concreta é frequente que por detrás desse cosmopolitismo estejam interesses não confessados e nem facilmente identificáveis dos países centrais e das empresas transnacionais. No caso das organizações e instituições ligadas aos governos dos países centrais parece-nos claro que os objectivos que perseguem e as práticas que implementam no terreno estão muito longe da filantropia. Como exemplo paradigmático temos a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), uma instituição governamental dos Estados Unidos. Aparentemente um caso de ajuda “generosa” e “desinteressada” aos países pobres, funciona como um instrumento para a realização de determinados objectivos políticos (do governo americano), para além de dar cobertura a operações da CIA (Smith 1997: 181). No seu *site*²⁰, a instituição é transparente, enunciando com clareza os objectivos que estão por detrás desta “filantropia” Norte-Sul: apoiar o desenvolvimento económico e fornecer ajuda humanitária no quadro da promoção dos interesses económicos e políticos dos Estados Unidos. Naturalmente, a sua intervenção nos países pobres é sustentada por um orçamento adequado, que em 1995 superou os 13 biliões de dólares.

Santos identifica ainda um outro processo de globalização: o brotar de temas que são tão globais como o próprio planeta, e que só neste quadro ganham sentido pleno, os temas da gestão do património comum da humanidade. Por exemplo: (i) a sustentabilidade da vida humana na Terra; (ii) a protecção da camada de ozono; (iii) a preservação da Amazónia e da Antárctida. É hoje claro que sem compromissos sérios da comunidade internacional as gerações presentes e as futuras serão ainda mais vítimas da (sobre)utilização e inutilização de recursos.

Se é certo que os tipos de globalização designados por localismo globalizado e o globalismo localizado brotaram e se desenvolveram de modo pujante, não é menos verdade que durante os anos 80 e 90 o cosmopolitismo e o património comum da humanidade também floresceram, opondo-se amiúde entre si. Segundo Santos (1997: 18), “neste contexto é útil distinguir entre globalização de cima para baixo e globalização de baixo para cima, ou entre globalização hegemónica e contra-hegemónica. O que eu denomino localismo globalizado e globalismo localizado são globalizações de cima-para-baixo; cosmopolitismo e património comum da humanidade são globalizações de baixo para cima”.

²⁰ Cf. www.info.usaid.gov/about/

4. O global, o local e a acção colectiva em Portugal: dois casos em processo

A globalização hegemónica está, certamente, já omnipresente e poderosa em todo e qualquer lugar do planeta: um novo Golias terá nascido. Perante este contexto, os cidadãos mobilizam-se, umas vezes através dos “velhos” movimentos sociais e políticos, como os sindicatos e os partidos, outras vezes através da fundação e organização de “novos” movimentos sociais.

Em Portugal, os últimos meses foram marcados, à semelhança do que se verificou (e verifica) um pouco por todo o planeta, pela emergência de novos movimentos de resistência à globalização hegemónica. A nossa atenção vai para a ATTAC (Associação para uma Taxação das Transacções financeiras para Ajuda aos Cidadãos) portuguesa – já constituída - e para a Associação dos Amigos do “Le Monde Diplomatique”.

Começamos pela identificação dos elementos comuns aos movimentos: (i) numerosos cidadãos e instituições estão presentes em ambos. Por exemplo, o Le Monde Diplomatique (edição portuguesa) – razão da existência da Associação dos Amigos do “Monde Diplomatique” - é um dos fundadores da plataforma portuguesa da ATTAC; (ii) articulação com “velhos” movimentos sociais, nomeadamente sindicatos. No caso da ATTAC, são fundadores o Sindicato dos Jornalistas e a Federação Nacional de Professores (FENPROF); (iii) “cruzamento” do global com o local. A ATTAC está estruturada em rede, tomando sempre o Estado nacional como o espaço de acção fundamental, quer em termos organizativos, quer em termos do desenvolvimento de acções contra-hegemónicas, sem dispensar a coordenação com as outras plataformas nacionais²¹; (iv) utilização virtuosa das novas tecnologias da comunicação e da informação, fundamentais para fazer funcionar com eficiência a rede organizativa de dimensão global do movimento. Nelas detecta-se um carácter contraditório, comum a muitos outros aspectos que concorrem para a globalização: se por um lado facilitam o desenvolvimento das trocas comerciais e financeiras, a par da expansão de novas formas de controlo e vigilância dos cidadãos, por outro lado permitem o estabelecimento de redes de comunicação, através das quais os movimentos e cidadãos permutam informação, realizam debates e, não raro, pressionam governos e empresas.

A ATTAC foi fundada em França, em Junho de 1998, a partir de um editorial de Ramonet, publicado no Le Monde Diplomatique de Dezembro de 1997. Inspirando-se na proposta de James Tobin, Nobel da Economia em 1981, Ramonet propõe a criação de uma taxa a aplicar a todas as transacções realizadas nos mercados financeiros, com um duplo objectivo: “colocar alguns grãos de areia nas rodas da especulação” e gerar recursos financeiros para combater a fome e a pobreza no mundo²².

Em Dezembro de 1998, a ATTAC promoveu uma reunião internacional com a participação de activistas da Europa, de África, da América Latina e da Ásia. Desta reunião saíram três objectivos: (i) lançamento de um movimento internacional constituído por organizações organicamente ligadas ao movimento – as plataformas nacionais – e por organizações que apenas desejam colaborar regularmente com a ATTAC, no quadro das lutas por um controlo democrático dos mercados financeiros e instituições que os regulam; (ii) promover a convergência das redes e das

²¹ Em nosso entender, a ATTAC percebeu e mostra-nos que é essencial que as lutas emancipatórias elejam como “terreno” essencial a dimensão nacional/local, sem prejuízo, antes pelo contrário, da coordenação a nível global. Reside, precisamente aqui, o nó górdio destas lutas contra-hegemónicas: encontrar uma plataforma mínima de acção global, que em articulação com os outros níveis, se constitua como contraponto à acção hegemónica capitalista.

²² Cf. www.attac.org/por/presentation.htm.

organizações que lutam, cada uma no seu campo, contra as políticas neoliberais e as suas consequências; (iii) fomentar o debate colectivo e a disseminação da informação, de forma a facilitar a compreensão da situação internacional em rápida mudança e a definir as alternativas²³.

Se bem que elegendo a taxação das transacções financeiras como o seu “estandarte”, os objectivos da ATTAC vão muito mais além. Profundamente comprometida com as lutas contra-hegemónicas, a ATTAC pretende ser um movimento de reflexão e de acção colectiva, participando com outros movimentos nas lutas em prol da resistência à globalização neoliberal e, em simultâneo, de definição de alternativas.

A plataforma portuguesa começou a tomar forma em meados de 1999. Para além de ser participada por cidadãos a título individual, na sua fundação estão instituições tão diversas como os já referidos *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), Sindicato dos Jornalistas, FENPROF, assim como a AMPECS (Associação dos Micro e Pequenos Empresários do Centro e Sul), a Associação “Abril” e o Movimento Católico dos Estudantes (Lisboa 1999: 2).

Apesar da sua curta existência, a plataforma portuguesa deu já mostras de um elevado dinamismo, como que dando expressão às crescentes preocupações dos cidadãos pelo actual estado do mundo sob a “batuta” neoliberal. De facto, são numerosas as iniciativas já realizadas ou em preparação: contestação da cimeira da OMC em Seattle, adesão à Marcha Mundial das Mulheres 2000, o fórum sobre a globalização, a Cimeira Alternativa por uma Europa Social, para além de numerosos debates, nomeadamente em escolas²⁴. Em todas estas iniciativas, a ATTAC surge acompanhada por outros movimentos comprometidos com as lutas contra-hegemónicas. Por exemplo, na Cimeira Alternativa por uma Europa Social, realizada em 24 de Março, em Lisboa, pensada como contraponto à Cimeira da União Europeia, participaram mais de 30 organizações: partidos políticos, sindicatos, comissões de trabalhadores, associações de estudantes, entre muitas outras. No caso do fórum sobre a globalização, previsto para o mês de Maio, estão envolvidas associações e instituições tão diversas como a Abril, a Associação dos Amigos do “*Le Monde Diplomatique*”, os Cidadãos de Lisboa contra a Guerra, o Museu da República e da Resistência, a Opus Gay, entre outras²⁵. Por outro lado, relevando a importância da articulação das lutas com os “velhos” partidos políticos, a ATTAC tem privilegiado as relações institucionais e o diálogo com o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda.

Quanto à Associação dos Amigos do “*Le Monde Diplomatique*”, as causas da sua constituição, embora diferentes da ATTAC, estão também relacionadas com a resistência à globalização hegemónica. Num contexto marcado pela concentração dos meios de comunicação sob o domínio de um grupo reduzido de empresas e de accionistas, esta associação é mais um espaço de combate ao pensamento único, caracterizado por Halimi (1999: 2) como a expressão ideológica dos interesses do capital e amplificado pelos media por ele controlados. Ora, a existência de um jornal resistente está estreitamente dependente da sua independência face aos grandes grupos comunicações. Fundado em 1954, o *Le Monde Diplomatique* iniciou em 1989 um processo de autonomização no interior da empresa proprietária, a *Le Monde S.A.* Presentemente, o jornal possui independência jurídica, embora o *Le Monde S.A.* continue a ser o accionista maioritário, complementada com a autonomia financeira. Não obstante uma tiragem cada vez mais elevada – 300 000 exemplares em França,

²³ Cf. www.attac.org/fra/inte/doc/naissances.htm.

²⁴ Cf. www.attac.org/portugal/iniciativas.htm.

²⁵ Cf. www.attac.org/portugal/documentos/forum.htm.

mais de um milhão nas diversas edições em outras línguas²⁶ - e uma vez que as receitas publicitárias estão voluntariamente limitadas a 5%, a solvência financeira do jornal depende de contributos financeiros concordantes com “un journal d’opinion, au singulier”²⁷. É neste contexto que surge, em França, a associação Les Amis du Monde Diplomatique, cujo objectivo é contribuir, por todos os meios materiais e intelectuais, para o desenvolvimento e a independência do jornal²⁸. Actualmente, a associação ultrapassa os 11 000 aderentes, que recolheram já mais de 10 milhões de francos para a aquisição de acções. Conjuntamente com a Associação Gunter Holzman, que agrupa a equipa que produz o jornal, possuem 42% do capital social, o que lhes garante uma minoria de bloqueio muito significativa (Ramonet 1999: 3).

Em Portugal, a edição do jornal está ligada ao empenho manifestado por um editor da contra-corrente, com estreitas ligações aos movimentos sindical e político. Para dar solidez ao projecto, designadamente em termos jurídico-institucionais, foi colocado em marcha o processo de criação de uma editora própria – Campo da Comunicação - com o capital social controlado pelos leitores. Entre os 221 accionistas fundadores encontramos cidadãos ligados à política, nomeadamente ao Partido Socialista, ao Partido Comunista Português e ao Bloco de Esquerda, ao sindicalismo, ao ensino e à investigação, à literatura, etc²⁹. Ainda antes do final de 1999 deram-se os primeiros passos para a constituição da Associação dos Amigos do “Le Monde Diplomatique – edição portuguesa”, com a realização de plenários em várias cidades do país. Parece certo, neste momento (Março 1999), que esta associação poderá dar, tal como acontece com a ATTAC, um contributo significativo às acções contra-hegemónicas em Portugal.

7. Fechando (por agora) a argumentação: apenas resistências ou também alternativas?

David contra Golias? Talvez.... À globalização hegemónica opõe-se uma cada vez mais alargada constelação de resistências, empreendidas por homens e mulheres do Norte e do Sul que, não raro, têm sabido ultrapassar as divergências, o isolamento e a escassez de recursos. No entanto, não existe uma alternativa suficientemente sólida ao capitalismo³⁰. Se para muitos, não obstante o colapso da experiência não-capitalista na URSS e em outros países que constituíram o Segundo Mundo, o projecto socialista de matriz marxista – a grande teoria moderna de emancipação universal - continua a ser um objectivo desejável, é imperioso admitir que ele não é, de todo, dominante nesta constelação de resistências. A dificuldade de definição de uma alternativa é, neste quadro, incomensurável. Mas será que dela devemos desistir? Santos (1999: 3) argumenta que “não é possível reunir todas as resistências e agências sobre a alçada de uma grande teoria comum. Mais do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria de tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores colectivos

²⁶ Cf. *Le Monde Diplomatique* (1999), ano 1, 11: 17.

²⁷ Cf. www.monde-diplomatique.fr/1997/10/RAMONET/appeal.html.

²⁸ Cf. www.monde-diplomatique.fr/1996/02/A/2396.html.

²⁹ Cf. *Le Monde Diplomatique*, ano 1, 3: 16.

³⁰ Wallerstein (in Vindt 1999: 150ss) alega que o capitalismo está num impasse, em virtude das crescentes dificuldades em realizar a acumulação de capital. Já entrevistado por Luxemburgo [1967 (1912)], o esgotamento das possibilidades de acumulação pode conduzir ao colapso do sistema. Enjeitando as abordagens mecanicista e determinista, é necessário relevar que o capitalismo não desaparecerá por si próprio, nem a história, tão pouco, tem um sentido. Como Wallerstein (in Vindt 1999: 153) admite, “o futuro não está escrito em parte alguma [...] ninguém sabe o que sairá das próximas décadas”.

conversarem sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam”. Será, então, suficiente a inteligibilidade e a conversação? Tal como o próprio Santos (1999: 8) sustenta, a hegemonia das classes dominantes assenta na convicção de que não existem alternativas ao que, bom ou mau, existe. Por isso dizemos que a reflexão e a acção para a definição de uma alternativa, simultaneamente abrangente e flexível, é a estratégia mínima possível e urgente para enfrentar as classes dominantes e o “capitalismo realmente existente”. Como argumenta Apple (1989: 188), não basta a resistência, é necessário a produção de uma alternativa. De outra forma, e uma vez que as classes dominantes estão desinteressadas do consenso (Santos 1999: 8), as múltiplas e crescentes resistências que emergem nas mais diversas zonas do globo limitar-se-ão a fazer recuar momentaneamente a globalização hegemónica. Por outras palavras, sem a alternativa as resistências estão condenadas, tal como Sísifo, a empurrar pela montanha acima a pedra que voltará a rolar em sentido inverso.

Tomando nota das propostas e reflexões em torno dos projectos emancipatórios, a alternativa terá de articular, tal como propôs Santos, valores socialistas e ecologistas. Designado pelo autor como o paradigma (emergente) eco-socialista, as múltiplas resistências à globalização capitalista tem-no alimentado, fazendo-o crescer (Santos 1994: 289ss). Assim, entendemos que uma possível alternativa deve, no quadro da superação do capitalismo, traduzir-se numa nova relação entre os seres humanos e destes com a natureza³¹.

Se é certo que os movimentos sociais possuem um papel decisivo, não obliteramos quão importante é a dimensão estatal-nacional para as lutas emancipatórias. Assim, entendemos que o sucesso destas depende, em boa medida, do envolvimento do Estado. Desafiando o argumento, quando se fala nele, quase sempre se insiste na tese da erosão do poder dos Estados nacionais, não compensada, de acordo com Santos (1994: 259), “pelo aumento de poder de qualquer instância transnacional com capacidade, vocação e cultura institucional viradas para a resolução solidária dos problemas globais”. Admitindo que esta erosão se tem feito sentir nas últimas décadas - beneficiando as empresas transnacionais e, em grau diverso, as instituições supra-nacionais, dominadas pelos países centrais, que regulam as relações económicas, políticas e outras a nível mundial (OMC, FMI, BM, OCDE, NATO, etc) - é necessário realçar que ela não é homogénea e, tão pouco, afecta todos os Estados.

Estamos em crer que a acção do Estado é crucial para fazer aquilo que Amin (1999) designa por “desconexão”. Atendendo às crescentes interdependências e, principalmente, dependências, nomeadamente tecnológicas, que se estabelecem entre o centro e a periferia, com esta cada vez mais dependente dos países centrais, a “desconexão”, tendo em vista a construção de um projecto nacional-popular contra-hegemónico, depende da capacidade dos Estados-nação da periferia de se agruparem. Presentemente, na América Latina, a Venezuela ensaia o que parece ser uma ruptura anti-hegemónica (cf. Ramonet 1999: 1). Se isoladamente não será possível fazer a “desconexão”, a articulação com Cuba e outros países desta vasta área geográfica dará solidez a um, porque não dizê-lo, projecto não capitalista³².

³¹ Algo já entrevisto por Engels [1978 (1873-1882): 183], quando afirma que “[...] os factos lembram-nos a cada passo que não reinamos sobre a natureza como conquistadores sobre um povo estrangeiro submetido, como alguém que estaria para além da natureza, mas que lhe pertencemos com a nossa carne, o nosso sangue, o nosso cérebro [...]”.

³² A escrita deste texto foi perturbada pelos acontecimentos no Equador. Ao contrário do que aconteceu na Venezuela, o movimento revolucionário, nacional popular e anti-imperialista, não conseguiu triunfar. Vivendo das solidariedades e cumplicidades estabelecidas entre o (novo) movimento índio, o (velho) movimento sindical, o exército (ou pelo menos, uma parte dele) e os juizes, este processo revolucionário mostra, uma vez mais, a

O mesmo pode ser “jogado”, embora em moldes diversos, na Europa. Partindo de um ponto de vista teórico substancialmente diferente, Bourdieu (1999: 1 e 16-17) argumenta que a acção contra a hegemonia neoliberal, empenhada na supressão dos direitos e benefícios sociais duramente conquistados pelo movimento operário e de trabalhadores ao longo dos últimos 150 anos, é viável no quadro supranacional da União Europeia. Apesar de se estar perante alguns dos mais poderosos Estados centrais, a defesa do Estado-Providência e de tudo o que lhe é inerente não é possível ser realizada no quadro nacional. Assim, é necessário que os governos queiram participar na definição de estratégias e acções contra-hegemónicas de dimensão europeia.

David frente a Golias? Sim, perante um Golias que tudo parece pisar, são muitos (e cada vez em maior número) os que dão sinais de inquietação e, não raro, de insubmissão. Participando em movimentos sociais e políticos, estabelecendo redes de contactos globais através do uso intensivo e virtuoso das novas tecnologias da informação e da comunicação, tentam reunir os meios para produzir a funda e nela colocar a pedra para, tal como fez David, derrubar o gigante Golias.

importância da acção articulada dos (novos e velhos) movimentos sociais com os que detêm a força militar e repressiva. Apesar de nada estar definitivamente jogado, é possível afirmar que o sucesso das lutas contra-hegemónicas depende, em boa medida, da capacidade de organização dos movimentos sociais e da exploração das contradições existentes no interior dos diversos aparelhos do Estado, nomeadamente os repressivos. De contrário, esta insurreição popular no Equador teria sido, como muitas outras, afogada em sangue.